

2ª) Registre-se que funcionará no presente feito, como secretária, a Sra. Neila Santos de Paula, dispensando-o do compromisso legal em razão do vínculo administrativo que possui com o MPE/PA;
3ª) Determino a afixação de cópia desta Portaria na entrada do prédio onde funciona a Promotoria, bem como seu encaminhamento para publicação do DOE;
4ª) Oficie-se à COHAB para que esclareça sobre o atraso na operacionalização do Cheque Moradia em Afuá;
5ª) Oficie-se à Construtora WS LTDA, no intuito de que seu representante legal aponte os motivos que ensejaram o pedido de demolição de 05 (cinco) casas pelos beneficiários da 1ª etapa do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida. Elucide a referida empresa, por intermédios dos seus representantes, por qual motivo “entregou” a obra, consoante informações prestadas pelo Prefeito Municipal de Afuá/PA;
6ª) Oficie-se ao Prefeito Municipal e ao Secretário Municipal de Assistência Social para que envidem esforços e realizem tratativas com a COHAB e o Estado do Pará no afã de viabilizar a construção das moradias populares em epígrafe. Requisite-se aos referidos servidores públicos municipais a elaboração de um cronograma de atuação junto aos autores envolvidos na querela, demonstrando efetivo compromisso de resolver a difícil situação na qual se encontram os beneficiários do programa;
7ª) Reitere-se o Ofício nº 135/2015-MP-PJA, endereçando novo ofício com o mesmo teor à Analista responsável pelo Programa Minha Casa Minha Vida no Pará;
8ª) Após cumpridas as determinações acima, retornem os autos a esta Presidência para ulteriores deliberações.
Afuá, 08 de junho de 2016.

Daniel Mondego Figueiredo
Promotor de Justiça titular de Afuá

Protocolo 972615

Extrato do Inquérito Civil nº 000163-151/2016-MP/PJ/DPP/MA.

O PROMOTOR DE JUSTIÇA DO 1º CARGO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMONIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, EM EXERCÍCIO, Dr. ANTÔNIO LOPES MAURÍCIO, torna pública a **instauração do Inquérito Civil nº 000163-151/2016-MP/PJ/DPP/MA**, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público na Rua João Diogo nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Portaria de Instauração nº 032/2016
Data da Instauração: 06/06/2016
Objeto: Encaminhar cópia do processo nº 783885/2014, para apurar possíveis irregularidades por parte da Vice-Diretora Karina Barbosa Soares, em razão do não fornecimento da prestação de contas.
Promotor de Justiça: Dr. ANTÔNIO LOPES MAURÍCIO
Promotoria de Justiça: 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa.

Protocolo 972673

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
CPAD-MP/PA - COMISSÃO PERMANENTE
DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS
EDITAL DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº
001/2016

A Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público do Estado do Pará designada através das portarias nº 6276/2015-MP/PGJ, de 06 de outubro de 2015 (Diário Oficial nº 32.999 de 13/10/2015) e nº 2276/2016-MP/PGJ, de 25 de abril de 2016 (Diário Oficial nº 33.118 de 02/05/2016), em conformidade com a Listagem de Eliminação de Documentos nº 01/2016, anexa a este edital, informa a quem possa interessar: que a partir do trigésimo dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Oficial do Estado do Pará, caso não haja oposições, o Ministério Público do Estado do Pará eliminará os documentos constantes da listagem nº 01/2016.
Os interessados, dentro do improrrogável prazo citado, poderão requerer as suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópia das peças processuais, mediante petição dirigida a Procuradoria Geral de Justiça, na qual deverá constar a qualificação do requerente e a fundamentação, demonstrando-se o interesse e a legitimidade do pedido. A apreciação das petições eventualmente protocolizadas será realizada pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público do Estado do Pará.
Belém, 20 de maio 2016

Drª Joana Chagas Coutinho
Promotora de Justiça
Presidente da Comissão

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
CPAD-MP/PA - Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público do Estado do Pará

PORTARIAS Nº 6276/2015-MP/PGJ E 2276/2016-MP/PGJ
LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 001/2016

ITEM	ESPÉCIE/TIPO DE DOCUMENTO	DATAS-LIMITE	UNIDADE DE ARQUIVAMENTO		OBSERVAÇÃO/JUSTIFICATIVA
			QUANTI-DADE	ESPECIFI-CAÇÃO	
01	Processos de pagamento	2009 a 2011	46	Caixas arquivo medindo 35x25x25cm	Microfilmados - microfilmes nº 267 ao 312
02	Processos extrajudiciais das Promotorias de Justiça dos Direitos Constitucionais	1995 a 2012	28		Microfilmados - microfilmes nº 39 ao 66
03	Processos extrajudiciais das Promotorias de Justiça do Consumidor	1993 a 2003	31		Microfilmados - microfilmes nº 08 ao 38
04	Processos extrajudiciais das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente	1989 a 2009	16		Microfilmados - microfilmes nº 01 ao 16
05	Pareceres não julgados de Procuradores de Justiça	2009 e 2010	08		Microfilmados - microfilmes nº 08 ao 15
06	Pareceres julgados de Procuradores de Justiça	2012 a 2013	18		Microfilmados - microfilmes nº 161 ao 178
07	Pareceres da Procuradoria Geral de Justiça	2005 a 2008	03		Microfilmados - microfilmes nº 07 ao 09
08	Ofícios e memorandos expedidos da Corregedoria Geral de Justiça	2010 a 2012	05		Microfilmados - microfilmes nº 07 ao 11
09	Ofícios e memorandos expedidos da Subprocuradoria Geral de Justiça - Área Técnico Administrativa	2008 a 2012	04		Microfilmados - microfilmes nº 01 ao 04
10	Ofícios e memorandos expedidos da Secretaria Geral	1994 a 2007	02		Microfilmados - microfilmes nº 03 e 04
11	Ofícios e memorandos expedidos da Procuradoria Geral de Justiça	2010 a 2012	02	Microfilmados - microfilmes nº 13 e 14	
12	Processos licitatórios de pregão presencial	2004 a 2010	17	Microfilmados - microfilmes nº 01 ao 17	
13	Processos licitatórios de tomada de preço	2003 a 2009	07	Microfilmados - microfilmes nº 19 ao 25	
14	Processos licitatórios de cartas convites	2003 a 2009	17	Microfilmados - microfilmes nº 26 ao 42	
15	Processos do Conselho Superior	1997, 2000 a 2007	06	Caixas arquivo medindo 35x25x25cm	Microfilmados - microfilmes nº 16 ao 21
DATAS-LIMITE GERAIS		1989 a 2013	MENSURAÇÃO TOTAL : 4.6m³		

Drª Joana Chagas Coutinho
Promotora de Justiça
Presidente da Comissão

Eliane Cristina Pinheiro Tavares Assessora da Procuradoria Geral de Justiça Membro da Comissão	Adriane da Costa Guimarães Assessora da Corregedoria Geral de Justiça Membro da Comissão	Ana Maria Deirane de Oliveira Monteiro Assessora da Subprocuradoria-Geral de Justiça - Área Técnico administrativa Membro da Comissão
--	--	---

Heloisa Helena Leal Vidal
Chefe do Serviço de Arquivo

Secretária da Comissão

Protocolo 972857

PORTARIA N.º 2769/2016-MP/PGJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de 2013;
CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
R E S O L V E:
DESIGNAR os Promotores de Justiça abaixo nominados para, sem prejuízo das demais atribuições, oficiarem perante o Juizado Especial Criminal de Altamira, nos seguintes períodos do mês de maio:

Cargo	Dias	Promotor
2º	02 a 08	Emério Mendes Costa
3º	09 a 15	Vanessa Herculano Ribeiro
4º	16 a 22	Bruna Rebeca Paiva de Moraes
5º	23 a 29	Grace Kanemitsu Parente (em caráter excepcional)

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRASE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 12 de maio de 2016.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça,
Área jurídico-institucional.

*Republicada por incorreção no D.O.E de 17.05.2016.

PORTARIA N.º 2800/2016-MP/PGJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de 2013;
CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO a participação da Promotora de Justiça Amanda Luciana Sales Lobato no II Congresso do Ministério Público da Região Norte;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 2º cargo das Promotorias de Justiça de Tucuruí;
CONSIDERANDO que a designação de Promotor de Justiça deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça do mesmo polo;
CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 065/2016-MP/CPSUIII/TUC, de 4/5/2016, protocolizado sob n.º 25435/2016, em 6/5/2016;
R E S O L V E:
DESIGNAR o Promotor de Justiça FRANCISCO CHARLES PACHECO TEIXEIRA para, sem prejuízo das demais atribuições e em caráter excepcional, officiar em audiências de atribuição do 2º cargo das Promotorias de Justiça de Tucuruí, no dia 28/4/2016.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRASE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 12 de maio de 2016.
JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça,
Área jurídico-institucional.

*Republicada por incorreção no D.O.E de 17.05.2016.

PORTARIA N.º 3204/2016-MP/PGJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de 2013;
CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei